



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, Nº **XX/2021 – MDR**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E A EMPRESA ....., NA FORMA ABAIXO..

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “E”, em Brasília – DF, inscrito no CNPJ sob o nº 03.353.358/0001-96, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica ..... (*nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de....., portador da Matrícula Funcional nº....., doravante denominado Contratante, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ....., doravante designada Contratada, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ....., e em observância às disposições da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Edital de RDC Eletrônico nº ...../2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de **SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS DEFINIDOS NO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA DO RAMAL DO APODI – TRECHO IV DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF**, a serem executados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital do certame que deu origem a este Instrumento Contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital e seus Anexos, identificado no preâmbulo acima, e à Proposta Vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. A execução deste Contrato será efetuada através de Autorização de Início dos Serviços, emitida pelo Contratante.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do Contrato é de **45 (quarenta e cinco) meses** consecutivos, contados a partir da assinatura do Contrato.

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.2. A execução dos serviços será iniciada por ocasião da “Autorização de Início dos Serviços” expedida pela Administração, cujas etapas observarão o Cronograma de Execução a ser apresentado pela Contratada em seu Plano de Trabalho.

2.2.1. O prazo de execução do objeto é de **42 (quarenta e dois) meses**, contados a partir do marco supra referido.

2.3. Os Prazos de Execução e de Vigência do Contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no inciso I do Art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da Autoridade Competente para a celebração do Ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do Processo Administrativo.

2.4. As prorrogações dos Prazos de Execução e de Vigência do Contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de Termo Aditivo.

2.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, na forma dos itens 2.3 e 2.4 acima, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, por igual tempo, conforme preceitua o Art. 79, § 5º, da Lei nº 8.666/93, mediante prévio Termo Aditivo.

2.6. A prorrogação do Prazo de Execução dos serviços implica a prorrogação do Prazo da Vigência do Contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em sentido contrário no Termo Aditivo de Prorrogação.

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... ( . ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

### 5. **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1. As medições dos serviços dar-se-ão sob o regime de execução de Empreitada por Preço Unitário.

5.2. Para efeito de pagamento, as medições serão procedidas independentemente de solicitação da Contratada e realizar-se-ão conforme segue:

- a) a primeira medição, conforme o estabelecido na Autorização de Início dos Serviços;
- b) a primeira medição e subseqüentes serão mensais;

c) a medição final será elaborada no prazo de até 30 (trinta) dias após o término dos serviços.

5.3. O valor das medições será obtido mediante a aplicação dos preços unitários constantes da Planilha de Preços da Proposta da Licitante e parte integrante do Contrato, às quantidades de serviços efetivamente executados, observado o que segue:

a) Mão de Obra

Toda a mão de obra será medida e paga por preços unitários de acordo com as equipes constantes das planilhas de orçamento e efetivamente mobilizadas, aprovadas pela Fiscalização do Contratante.

A estimativa de equipes e profissionais consta do cronograma de permanência, devendo a mobilização ser realizada por meio de Ordens de Serviço Parciais emitidas pela Fiscalização.

b) Custos Diretos

Os diversos itens previstos como custo diretos a serem utilizados nos serviços e integrantes do objeto contratual (imóveis, equipamentos de informática, veículos, etc.) serão pagos conforme valores constantes das planilhas contratuais e a partir de medição devidamente aprovada pela Fiscalização, devendo a Contratada apresentar, previamente, as apropriações registradas nos Relatórios Mensais.

A Contratada será responsável pela logística de aquisição dos materiais consumíveis que deverá ser compatível com os planos de manutenção e operação desenvolvidos por ela, não implicando, portanto, em obrigação do Contratante por pagamento de material adquirido e não aplicado. Ressalta-se, no entanto, que todo e qualquer material consumível previsto no contrato deve estar disponível para das atividades de manutenção e operação dos sistemas nas quantidades necessárias, de maneira a garantir a disponibilidade, segurança e eficiência dos sistemas.

c) Despesas Reembolsáveis

As despesas reembolsáveis **deverão ser autorizadas previamente pela Fiscalização do contrato** e serão pagas mediante a apresentação de notas de débito.

Os valores a serem reembolsados não terão acréscimo de tributos, taxas de administração ou qualquer outra taxa.

Para aceitabilidade das despesas apresentadas, os seus custos deverão ser menores ou iguais aos seus correspondentes nos Custos Unitários das Tabelas de Referência do SINAPI ou SICRO. Quando estas Tabelas não forem aplicáveis, serão utilizadas outras Tabelas Referenciais formalmente aprovadas por Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal para setor específico. Se ainda persistir a inviabilidade do uso dessas tabelas referenciais, os custos deverão ser aferidos a partir de pesquisa de mercado, com no mínimo 3 (três) propostas, salvo quando a impossibilidade for devidamente justificada e aceita pela Fiscalização.

5.4. O Contratante condicionará os pagamentos à:

a) entrega dos R0, RM e demais Relatórios, observada cronologia estabelecida no cronograma de execução e especificações contidas no item 4.3.1. do Termo de Referência, anexo a este Contrato;

b) entrega do Relatório Final, observada cronologia estabelecida no cronograma de execução e especificações contidas no item 4.3.1. do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.5. Os pagamentos das faturas/notas fiscais, devidamente atestadas pela Fiscalização, referentes às medições, serão efetuados em moeda corrente nacional, diretamente à Contratada, observado o dispositivo das alíneas "a" e "b" adiante:

- a) os pagamentos serão feitos pelo Contratante à Contratada através de crédito em conta corrente em seu nome \_\_\_\_\_ (banco, conta);
- b) os pagamentos referem-se ao principal somado a eventuais reajustes apurados, nos termos da Cláusula Sexta deste Contrato, descontados os impostos devidos na fonte e os valores decorrentes da Cláusula Décima deste Contrato.

5.6. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada:

- a) atendido ao disposto nos itens anteriores, o MDR considerará como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994;
- b) por ocasião da apresentação ao Contratante da Nota Fiscal, Fatura, Recibo ou Documento de Cobrança Equivalente, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos (CND) relativa ao INSS e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) (a não apresentação dessas comprovações assegura ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes);
- c) se os serviços tiverem sido parcialmente subcontratados nos termos da Cláusula Décima Quinta, a Contratada deverá anexar as mesmas certidões referidas na alínea "b", perante o INSS e o FGTS, pela Subcontratada.
- d) os pagamentos serão efetuados pelo Departamento Financeiro da Secretaria Executiva do Contratante.
- e) o Contratante poderá glosar, de faturas emitidas pela Contratada, valores apontados como indevidos pelo Contratante ou por seu Preposto para a administração do Contrato.

5.7. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 5.6, desta Cláusula, caso em que o CONTRATANTE pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im \ 1/100)^{dx1/30} \times (1 + im \ 2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + im \ n/100)^{dxn/30} - 1, \text{ onde:}$$

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- a) não sendo conhecido o índice para o período a ser apurado, utilizar-se-á para cálculo o último índice conhecido;
- b) quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso, não cabendo qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice;
- c) nos cálculos para apuração da correção monetária devida deverá ser utilizada aproximação de 5 (cinco) casas decimais.

5.8. O pagamento da primeira medição após a definição do Reajuste de Preços, conforme o que dispõe a Cláusula Sexta, poderá, provisoriamente, ser efetuado com base nos preços originais do Contrato, caso não haja tempo hábil para operacionalização do Reajuste:

- a) as diferenças decorrentes da não aplicação do Reajuste em tempo hábil serão compensadas através de faturamento complementar (em caso de apuração de acréscimos ou glosas em medições passadas proceder-se-á às devidas compensações quando do pagamento da medição mais recente);
- b) em se tratando do pagamento referente à Medição Final de serviços, este somente será realizado após Reajuste de Preços;
- c) o pagamento devido, de acordo com as alíneas (a) e (b) anteriores, será processado em até 30 (trinta) dias da Publicação dos Índices Definitivos, respeitadas as condições do item 5.6 e sua alínea "a".

5.9. O Contratante poderá, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima, descontar dos pagamentos das faturas referentes às medições, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela Contratada em razão deste termo celebrado entre o Contratante e a Contratada.

5.10. O Contratante reterá e fará o recolhimento do ISS incidente sobre o valor das faturas emitidas, junto ao(s) município(s).

5.11. Ocorrendo Subcontratação, as Subcontratadas deverão estar cientes de que os pagamentos dos serviços executados serão sempre feitos, exclusivamente, à Contratada.

5.12. Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela Contratada contra o Contratante, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. O Contratante não será obrigado a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança através de Bancos.

5.13. Poderá o Contratante sustar o pagamento de qualquer fatura, no caso de inadimplência da Contratada para com o Contratante, na execução deste termo.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE DE PREÇOS**

6.1. Aplicar-se-á em periodicidade anual reajuste nos preços, contado a partir da data de referência dos mesmos. O primeiro reajuste será procedido, decorridos doze meses após a data de referência dos preços (data base orçamentária).

6.2. O Item referente a Mão de Obra será reajustada pelo índice de reajuste anual de salário estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores e Patronal do Estado da Contratada.

6.3. O item Custos Diretos será reajustado pela Coluna 39 da Fundação Getúlio Vargas-FGV.

6.4. Os Valores Contratuais serão reajustados para mais ou para menos em consequência das variações apuradas.

6.5. O reajuste de preços será efetuado somente com base em índices definitivos.

6.6. O cálculo do reajuste de preços será processado pelo Contratante após solicitação da Contratada que deve apresentar de forma oficial a Convenção Coletiva de Trabalho devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA, RECEBIMENTO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO**

8.1. Os critérios de Entrega, Recebimento e Aceitação do Objeto, bem como de Fiscalização, pela Contratante, da execução dos Serviços Contratados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As Obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 12.462/2011, a Contratada que:

- a. não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo;
- e. cometer fraude fiscal.

10.2. Pela não execução total ou parcial do objeto deste Contrato, o MDR pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a. **advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b. **multa de:**
  - i. 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias** (após o décimo quinto dia e a critério do MDR, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença);
  - ii. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - iii. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - iv. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 1 e 2**, a seguir;
  - v. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento) (o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o MDR a promover a rescisão do Contrato);
  - vi. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- c. **suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opere e atue concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d. **sanção de impedimento de licitar e contratar com Órgãos e Entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- e. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o MDR pelos prejuízos causados.

10.3. As sanções previstas nas alíneas “a” a “e” deste item poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

**TABELA 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

**TABELA 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, por serviço e por dia	2
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
10	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Contrato	1

10.5. Também fica sujeita às penalidades do Art 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;
- c. demonstre não possuir idoneidade para contratar com o MDR em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da Empresa deverão ser remetidas à Autoridade Competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de Investigação Preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Unidade Administrativa.

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública

Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.10. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao MDR serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da Garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou o MDR poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme Artigo 419 do Código Civil.

10.13. Caso o MDR determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

10.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

11.1. Por parte da Contratada a Responsabilidade Técnica dos Serviços caberá aos Engenheiro(s).....CREA..... e a direção dos trabalhos ao Engenheiro ....., CREA....., que será o Preposto da Contratada junto ao Contratante.

11.1.1. As presentes nomeações somente poderão ser alteradas com prévia anuência do Contratante.

11.2. Pela Inexecução Total ou Parcial do Contrato ou por demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Contratante em virtude de atos ilícitos praticados, o Contratante ou seu Preposto poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao Responsável Técnico e Coordenador a Suspensão Temporária de Participar em Licitações para comprovação de capacidade técnico-profissional e impedir de contratar com o Contratante por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.3. As mesmas penalidades previstas no item 11.2. anterior, serão imputadas ao(s) Profissionais que possibilitou(aram) a qualificação técnica da Contratada, quando do Processo Licitatório.

11.4. As condições estabelecidas nesta Cláusula são extensivas aos casos de Subcontratação.

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE CIVIL**

12.1. A Contratada reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável pelos danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, propriedade ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do objeto deste contrato, assim como de danos decorrentes do comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Contratante, eventuais ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam originar.

## 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato;



b) amigavelmente, nos termos do Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação da Contratada, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. Os recursos contra rescisão se regem pelo disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581, de 2011.

13.5. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

13.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da Contratada que efetivamente participarem da execução do Contrato poderá dar ensejo à rescisão contratual, por ato unilateral e escrito, por parte da Contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

#### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

14.1. É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em Lei.

14.2. É permitido à Contratada caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1. A Cessão de Crédito, a ser feita mediante celebração de Termo Aditivo, dependerá de comprovação da Regularidade fiscal e Trabalhista da Cessionária, bem como da certificação de que a Cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2. O crédito a ser pago à Cessionária é exatamente aquele que seria destinado à Cedente (Contratada) pela execução do Objeto Contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. É permitida a Subcontratação Parcial do Objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e na Proposta da Contratada, observado ao que segue:

15.1.1. em caso de necessidade de Subcontratação, a Contratada deverá solicitar, por escrito autorização expressa do Contratante para subcontratar parte dos serviços objeto deste contrato informando e/ou apresentando:

- 15.1.1.1. nome e endereço da empresa a ser subcontratada;
- 15.1.1.2. nome e endereço dos titulares e Prepostos da empresa a ser subcontratada;
- 15.1.1.3. serviços a serem subcontratados;

15.1.1.4. nome, especialidade e número do registro no CREA, do Responsável Técnico pelos serviços subcontratados;

15.2. local e endereço das instalações a serem utilizadas pela(s) subcontratada(s), bem como data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem subcontratados;

15.2.0.1. o contrato social da empresa a ser subcontratada, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório competente, bem como os documentos referentes a regularidade fiscal, de acordo com o Art. 29 da Lei 8666/93 e Certidão Negativa de todos os poderes judiciários (civil, criminal e trabalhista);

15.2.1. a autorização será dada pelo Contratante ou seu Preposto, também por escrito, após o estudo da sua conveniência, através de Carta de Anuência;

15.2.2. A Subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante ou seu Preposto, não exime a Contratada das obrigações decorrentes deste contrato, permanecendo a mesma como única responsável perante o Contratante.

15.3. Será permitida a subcontratação do objeto licitado, conforme Termo de Referência deste Edital, se previamente aprovada pelo Contratante, e que não constitua o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) do total do valor contratado.

15.4. A Subcontratada poderá solicitar, diretamente ao Contratante ou a seu Preposto, a emissão de atestados técnicos relativos à parte dos serviços que lhe foi transferida, de acordo com a Carta de Anuência, indicando quantitativos e valores dos serviços efetivamente executados e devidamente certificados pelo Contratante ou por Preposto por ele designado.

15.5. A Contratada somente poderá subcontratar empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ALTERAÇÕES**

16.1. Os serviços objeto deste Contrato serão realizados sob o Regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário.

16.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, observadas, ainda, as regras específicas previstas na Lei n.º 12.462, de 2011, e no Decreto n.º 7.581, de 2011.

16.2.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato, em observância ao Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

16.2.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, conforme Art. 65, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

16.3. Em conformidade com o Art. 14 do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, a diferença percentual entre o valor global do Contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado da Licitação não poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

16.4. Na hipótese de celebração de Aditivos Contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o Custo de Referência e a Taxa de BDI de Referência especificada no Orçamento-Base da Licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o Valor do Orçamento-Base e o Valor Global do Contrato obtido na Licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pela Contratada, em atendimento ao Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao Art. 42, § 7º, do Decreto n.º 7.581/2011.

16.5. Os Serviços Extra Contratuais não contemplados na Planilha de Preços da Contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo, devendo a Contratada submeter o pleito para

análise e aprovação do Contratante.

16.5.1. A inclusão de Serviços Extra Contratuais fica subordinada aos limites estabelecidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93

16.5.2. Os Serviços Extra Contratuais eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada pelo Contratante.

16.6. Devem ser registradas por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que vierem a ocorrer durante a execução do contrato, especialmente as referentes a Serviços Extras.

16.7. As Despesas Reembolsáveis, quando ocorrer, **deverão ser autorizadas previamente pela Fiscalização do contrato** e serão pagas mediante a apresentação de notas de débito. Os valores a serem reembolsados não terão acréscimo de Tributos, Taxas de Administração ou qualquer outra Taxa. Para aceitabilidade das despesas apresentadas, os seus custos deverão ser menores ou iguais aos seus correspondentes nos Custos Unitários das Tabelas de Referência do SINAPI ou SICRO. Quando estas Tabelas não forem aplicáveis, serão utilizadas outras Tabelas Referenciais formalmente aprovadas por Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal para setor específico. Se ainda persistir a inviabilidade do uso dessas tabelas referenciais, os custos deverão ser aferidos a partir de pesquisa de mercado, com no mínimo 3 (três) propostas, salvo quando a impossibilidade for devidamente justificada e aceita pela Fiscalização..

## 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.462, de 2011, no Decreto nº 7.581, de 2011, na Medida Provisória nº 961, de 2020, na Lei nº 8.666, de 1993, no que couber, nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

## 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORÇA MAIOR**

18.1. Qualquer falta cometida pela Contratada somente poderá ser justificada se comunicada por escrito, e não será considerada como inadimplência contratual se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

18.2. Ocorrendo motivo de força maior, a Contratada notificará, de imediato e por escrito, ao Contratante sobre a situação e suas causas

18.2.1. Se o Contratante fornecer outras instruções por escrito, a Contratada continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do Contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

## 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOCUMENTOS**

19.1. O presente Contrato é o único instrumento legal e regulador dos serviços contratados, substituindo todo e qualquer documento anteriormente trocado entre o Contratante e a Contratada.

19.1.1. Todos os documentos e/ou cartas entre o Contratante e a Contratada serão trocados através de expediente protocolado, e nenhuma outra forma será considerada como prova de respectiva entrega.

## 20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANEXOS**

20.1. Além da Proposta Técnica que compõe o Dossiê ..... – Volume .... – Tomo.... às fls ....., de pleno conhecimento das partes, passam a fazer parte integrante do presente Contrato os documentos a seguir relacionados, independente de transcrição, tudo devidamente rubricado pela

Contratada e pela Comissão de Licitação do Contratante: Edital de RDC Eletrônico nº xx/2021 e seus Anexos, Documentação de Habilitação, Proposta Comercial, Planilha de Preços, Termo de Referência e Garantia de Execução

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

21.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93.

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO**

22.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de ....., integrante da Seção Judiciária do ..... - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Jimmu de Azevedo Ikeda, Coordenador Geral de Estudos e Projetos**, em 03/01/2022, às 15:05, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3541256** e o código CRC **8A151442**.

---

Criado por [jimmu.ikeda](#), versão 2 por [jimmu.ikeda](#) em 03/01/2022 14:20:37.